



FORMAÇÃO

Código Fiscal do Investimento: RFAI e DLRR

Lisboa: 21/02/19 | Porto: 20/02/19

Horário: 14h00 – 18h00

Formador: Dr. Vitor Cordeiro
Dr. André Rodrigues

objetivos

O Código Fiscal do Investimento (CFI), publicado em outubro de 2014, foi criado com o objetivo de ser um instrumento fiscal de apoio ao investimento, que favoreça o crescimento sustentável, a criação de emprego e o reforço da estrutura de capital das empresas.

Depois da publicação da Portaria n.º 282/2014 que veio definir a lista de atividades económicas elegíveis para o RFAI, a Portaria n.º 297/2015 veio regulamentar a aplicação, tanto do RFAI, como da DLRR.

A formação será focada na análise das questões práticas associadas à aplicação da Portaria n.º 297/2015, bem como a sua articulação com o diploma que aprovou o novo CFI e restante legislação fiscal. Serão também abordadas as alterações decorrentes a Lei do orçamento do Estado para 2019.

Também a Autoridade Tributária e Aduaneira e o Tribunal Arbitral (CAAD) têm vindo a emitir opiniões e decisões sobre as temáticas relacionadas com os benefícios fiscais. Assim, a formação incidirá também sobre as mais recentes posições conhecidas sobre o CFI, as quais poderão ter impacto significativo no aproveitamento dos benefícios fiscais por parte das empresas.

destinatários

Revisores Oficiais de Contas e seus colaboradores, membros estagiários, Contabilistas Certificados, responsáveis pelo departamento fiscal e demais técnicos responsáveis pela demonstração das demonstrações financeiras e declarações fiscais das empresas.

programa

- 1) CFI – princípios gerais
- 2) (Novo) Regime Fiscal de Apoio ao Investimento (RFAI)
 - a) Âmbito de aplicação
 - b) Aplicações relevantes
 - c) Limites máximos aplicáveis
 - d) Casos de necessidade de notificação à CE – experiência prática
 - e) Processo de documentação fiscal
 - f) Procedimentos de controlo
- 3) Dedução por Lucros Retidos e Reinvestidos (DLRR)
 - a) Âmbito de aplicação
 - b) Intensidade máxima do auxílio
 - c) Aplicações relevantes
- 4) Instruções administrativas e jurisprudência – Resumo e linhas orientadoras
- 5) Utilização de benefícios fiscais contra a Tributação Autónoma
- 6) RETGS – aspetos práticos
- 7) Declarações fiscais – aspetos práticos
- 8) Transmissibilidade de benefícios fiscais
- 9) Recuperação de benefícios fiscais

preço

ROCs e colaboradores: 50€, outros profissionais: 75€